

O que é cristianismo da libertação? Religião e política na América Latina

MICHAEL LÖWY

São Paulo, Perseu Abramo/Expressão Popular, 2016. 256p.

Marco Antonio Mitidiero Júnior*

A reedição do livro *O que é cristianismo da libertação? Religião e política na América Latina* veio em boa hora, porque volta a estar disponível aos leitores em meio a uma crise social, política e econômica sem precedentes no Brasil pós-golpe político de 2016. Crise também em praticamente toda a América Latina, que, após uma onda de governos ditos progressistas, tem passado por um momento de reversão dos ideais de autonomia e integração latino-americana e, por consequência, também por um retorno à submissão dos ditames do capitalismo imperialista neoliberal. O livro, em síntese, trata do espírito rebelde e de como a memória e a atualidade dessa rebeldia, traduzidas em experiências libertadoras, são fundamentais para pensarmos as possibilidades de transformações.

Löwy, que já foi chamado de multi-intelectual devido à variedade de temas sobre os quais trabalha, tem como marca decisiva em sua biografia intelectual a forte presença do estudo das revoluções e do pensamento crítico derivado do marxismo. É assim que ele chega à discussão de uma teologia que pode ser considerada extremista dentre as possibilidades de transformação revolucionária das condições de reprodução da vida e diante da negação de uma Igreja católica hierárquica e conservadora, na qual “a religião não dá base sólida para uma ética verdadeira, nem para uma sociedade justa; ao contrário, a religião acha-se ligada

* Professor do Departamento de Geociências da UFPB. E-mail: mitidierousp@yahoo.com.br

muito mais à imoralidade e à injustiça social, impedindo que o homem tome seu destino nas próprias mãos”, como enfatizou um dos primeiros teólogos da libertação, Gustavo Gutierrez, em seu livro *A força histórica dos pobres*.

Löwy captou rapidamente o movimento contrário que nascia na década de 1960 e viu nele seu potencial transformador. Percebeu que tinha algo mais na fala de Fidel Castro de que “hoje em dia, na América Latina, é mais revolucionário espalhar livros de teologia da libertação do que livros de Karl Marx”. Ela incrustou nos religiosos politicamente engajados uma esperança rebelde contra as opressões do mundo capitalista. Viu que, na redescoberta dos pobres, elemento doutrinário tão claro e evidente no evangelho, o lema “a opção preferencial pelos pobres” pelos bispos latino-americanos poderia proporcionar a formação de uma consciência revolucionária. Isso levou nosso autor a mergulhar na análise desses movimentos, afirmando e negando a célebre frase de Marx, “a religião é o ópio do povo”.

Em meio a tantos textos, aulas e palestras de Löwy sobre a teologia da libertação, o que mais tarde ele vai chamar de cristianismo da libertação, primeiro esforço de abordagem mais sistematizada do tema, de forma a traduzir academicamente a questão e instigar intelectuais, religiosos e militantes sociais a refletirem sobre as potencialidades da interpretação da fé como elemento revolucionário, aconteceu em *Marxismo e teologia da libertação*. Mais adiante, Löwy se debruçou de forma mais detida sobre esse tema em *A guerra dos deuses*, livro que foi revisto e ampliado, reeditado e, agora, motivo desta resenha.

Esse texto, como nos avisa Leonardo Boff (p.24) em sua apresentação, leva-nos ao entendimento de que “as ideias de revolução e da libertação não são monopólio da tradição marxista. Podem ser, e são, ideais também de um extrato significativo do cristianismo que tomou a sério a herança do Jesus histórico, o carpinteiro e camponês mediterrâneo que optou pelos pobres e lutou contra a pobreza”. Mesmo que sempre tenha sido mais difícil valorizar a humanidade de Jesus do que a sua divindade, tal como afirma José Comblin, Löwy mostra que houve um efeito pedagógico desse debate no cotidiano dos religiosos. Nas formações e trabalho de base, o lema cristão foi: em vez de adorar Jesus, é mais importante seguir seu exemplo.

Sabendo da existência de pesquisas sobre a teologia da libertação que enfatizam estudos de casos, Löwy empreende uma análise geral do tema, o que o faz considerar o cristianismo da libertação como um amplo movimento social, com epicentro e irradiação mais intensa na socialmente convulsionada e injusta América Latina, com destaque para o Brasil. Há um “cristianismo da libertação”, e não apenas uma “teologia da libertação”. Nesse movimento, a teologia seria a base “teórica” com estreitas relações com as ciências humanas, sobretudo com o marxismo e seus intérpretes. Foi essa base “teórica” que fermentou a organização social das lutas que levou Löwy a afirmar que “sem a existência desse movimento social não poderíamos entender fenômenos sociais e históricos de

tal importância como a emergência do movimento trabalhista no Brasil e o surgimento da revolução na América Central (bem como, em épocas mais recentes, de Chiapas)”. Incluiríamos ainda os movimentos sociais urbanos, sindicatos, ativismos de bairro e os movimentos sociais no campo – não é difícil escutarmos lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) dizerem que o MST é filho da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Löwy analisa, portanto, o pensamento religioso que deixa de ver o pobre como objeto de caridade e passa a vê-lo como sujeito de sua própria história. Essa mudança teria culminado em algumas experiências históricas de posições muito mais radicais do que a esquerda socialista latino-americana e infinitamente mais radicais do que as posições social-democratas europeias.

O autor do livro vai em busca das raízes dessa teologia libertadora e argumenta que a radicalidade da interpretação da fé e das ações políticas que dela derivam têm raízes umbilicais na aversão irreconciliável entre o espírito cristão e o capitalismo. Apoia-se em Weber, que fala em uma antipatia cultural entre étnos religioso e capitalismo, e em Hobertson, que enfatiza a existência de um abismo intransponível entre concepção de vida católica e o sistema econômico dominante. Nesse sentido, o cristianismo da libertação e sua teologia herdaram da Igreja a tradição de hostilidade que o catolicismo tem do capitalismo. Para tanto, nas palavras de Löwy, isso “modificou e modernizou essa hostilidade”, radicalizando-a e tornando-a muito mais abrangente e sistemática, na medida em que combinou a crítica moral com a crítica moderna (sobretudo marxista) da exploração, substituiu caridade por justiça social e propôs como alternativa uma economia socializada.

Porém, essa é só uma parte da história. Mesmo diante dessa impossibilidade de aliança entre cristianismo e capitalismo, a junção entre burguesia e Igreja ocorreu no plano da organização hierárquica da Igreja católica. Essa opção política da instituição vaticanista ensejou grandes contradições, como, por exemplo, a luta contra o socialismo. Ou seja, socialismo e cristianismo, em suas bases “teóricas”, têm mais pontos em comum do que qualquer dogma religioso tem com a ideologia da sociedade liberal burguesa. O espírito de negação do capitalismo está presente na teoria socialista e na teologia cristã. Dessa herança e dessa contradição nasce a Igreja dos pobres da América Latina, forjando um movimento social baseado em determinada reflexão religiosa/espiritual que expressava a negação das condições específicas desse continente: exploração, expropriação, pobreza massiva, dependência econômica e violência institucionalizada.

Qual o resultado desse movimento hoje em dia? Nas entranhas dos principais movimentos sociais, sindicatos e partidos de esquerda, é fácil encontrar interpretações e quadros políticos filhos dessa efervescência teológica, o que faz os inúmeros obituários da teologia da libertação não se sustentarem diante da conjuntura de crise que nos convoca à luta. O alerta nesse sentido é uma, entre tantas outras, das contribuições do livro de Michael Löwy.